

Infohabitar, Ano X, n.º 496

“Libertar” a habitação das instalações

Artigo LVIII da Série habitar e viver melhor

António Baptista Coelho

Em primeiro lugar há que sublinhar que o que aqui se quer definir por “instalações” se refere a todo um conjunto de “aparatos” técnicos, associados a redes técnicas diversas com especial enfoque nas águas, esgotos, electricidade e redes de telecomunicações por cabo, que são fundamentais para o habitar doméstico e cujas ligações ou “pontos” de serviço estão disseminados pelos vários espaços da habitação, proporcionando padrões de uso das respetivas instalações que devem ser eficazes no sentido das respetivas utilidades, mas assegurando, simultaneamente:

- quer um tipo de serviço caracterizadamente residencial - há, por exemplo, soluções de “calhas técnicas” que para serem bem aceites num ambiente doméstico devem ser objecto de adequada integração e mesmo intervenção formal/de aspecto;
- quer uma máxima capacidade de adaptabilidade dos espaços do habitar doméstico a um significativo leque de usos e a uma ampla diversidade de arranjos de mobiliário.

A ideia que quer aqui evidenciar é que tudo o que se faça com o objetivo de uma maior adaptabilidade no arranjo e na ocupação dos espaços domésticos - adaptabilidade esta de extrema importância seja numa perspetiva de adequação aos usos e desejos, seja numa outra perspetiva de continuada e periódica adaptação de uma dada habitação à evolução global e pormenorizada das necessidades e dos desejos dos seus ocupantes - e, naturalmente, também tudo o que se faça em prol de uma maior capacidade de apropriação destes espaços pelos seus habitantes, pode ser extremamente afetado, por redes e padrões de serviço de instalações rígidos e pouco adaptáveis.

Uma opção que tem vindo a ser utilizada na conceção residencial refere-se à concentração maximizada de instalações e serviços em determinadas zonas “técnicas”, estrategicamente localizadas e, portanto, muito funcionais,

libertando-se o máximo de espaço doméstico restante para uma ampla diversidade de ocupações por usos e conjuntos de mobiliário diversificados.

Uma outra forma de garantir estes tipo de objetivos é proporcionar uma grande flexibilidade de escolha dos pontos de ligações a redes, mediante intervenções simples e pouco dispendiosas que possam disponibilizar praticamente um serviço “a la carte”, que se vá adaptando, muito facilmente seja à evolução de determinada redes - designadamente de telecomunicações - seja à evolução da ocupação e dos arranjos de mobiliário domésticos.

E nesta linha de reflexão há, ainda, naturalmente que ter em conta as atuais redes sem fios; matéria que por si só merece tratamento específico e especializado.

É interessante reflectir, nesta matéria, sobre o interesse que ainda marca os “velhos” cuidados de concentração de “zonas de água”, que nasceram essencialmente de objetivos de economia por encurtamento das respetivas redes de águas e esgotos, mas que têm também excelentes resultados no sentido de proporcionarem um excelente “capital” de adaptabilidade ao restante espaço doméstico.

As novas e as futuras “redes de instalações e de equipamentos” associadas a aspetos de sustentabilidade ambiental na habitação e, por exemplo, ligadas à gestão dos lixos domésticos, ao máximo aproveitamento da energia solar por estratégias passivas e ativas, à poupança de energia elétrica e ao adequado isolamento acústico deverão ser objecto de uma aplicação estratégica no espaço doméstico, marcada pela maximização da sua eficácia técnica e pela compatibilização desta eficácia com o adequado desenvolvimento da estruturação e mesmo de uma adequada caracterização doméstica.

É, assim, fundamental uma clarificação e “simplificação” das características técnicas destas instalações e equipamentos ao nível doméstico, “reduzindo-os”, de certa forma, ao seu papel técnico específico e harmonizando este papel no âmbito de um qualificado desenho do espaço habitacional, em que estas novas facetas técnicas deixem de assumir uma presença protagonista, assumindo, sim, a sua presença necessária e adequada em termos da criação de um ambiente doméstico agradável, envolvente e “pacífico”, pois, não tenhamos qualquer dúvida, uma habitação adequada não é, nem nunca será realmente comparável a uma máquina e, por exemplo, a um automóvel com visores recheados de gadgets técnicos, mas é fundamental que, hoje em dia, a habitação possa acolher,

funcional e integradamente, as novas redes e instalações, proporcionando-se ligações a redes nos mais diversos sítios e ampliando-se, assim, ao máximo a ampla utilidade do mundo doméstico.



De certa forma o que aqui se aponta está definitivamente contra uma descaracterização como espaço “frio”, “maquinal” do ambiente e da pormenorização de uma cozinha e de uma casa de banho doméstica, recheando-as, sim, de sinais de conforto e de escala e mesmo “calor” humanos; e também se refere, aqui, uma estratégica organização/distribuição e “camuflagem” de instalações domésticas, não as afetando funcionalmente, mas reduzindo, ao máximo, a sua presença e protagonismo visual no interior da habitação, proporcionando-se os melhores e mais completos serviços com a maior sobriedade e racionalidade, numa ação que tudo tem a ganhar com contribuições multidisciplinares, designadamente, nas áreas da Arquitectura, das Engenharias, do Design e das Ciências Sociais e Humanas.

Finalmente, a ideia da libertação do espaço de habitar relativamente às instalações é que:

- por um lado possamos ter uma máxima capacidade de apropriação dos espaços mais habitáveis sem nos preocuparmos com aspetos ditos funcionais ou maximizando mesmo tais aspetos no apoio directo à referida apropriação e adaptabilidade - teremos assim, por exemplo, salas e quartos extremamente versáteis no que se refere ao funcionamento, à ligação e à instalação dos mais variados tipos de equipamentos domésticos (exemplo, elementos de iluminação);
- e que, por outro lado, haja como que uma recuperação ou mesmo um redimir, como espaços fortemente habitáveis e dignos, de compartimentos da habitação cujas instalações e associados aspetos de funcionalidade os relegaram, de certa forma, para uma caracterização fria, impessoal e quase não doméstica, como acontece por exemplo em tantas cozinhas e casas de banho.

E aqui há que ter a noção de que acabámos por gastar mais de um século para integrar as instalações clássicas da água, dos esgotos e, afinal da eletricidade nos espaços domésticos, que antes não as tinham, mas que é já tempo de elas assumirem o seu papel de serviços prestados a um espaço doméstico cuja caracterização se irá deles servir e nunca o contrário - teremos assim, novamente, espaços domésticos verdadeiramente redimidos no seu fundamental papel de espaços do habitar, com sentido muito amplo, e bem servidos pelas instalações; e não espaços domésticos feitos para evidenciar a chegada da água, dos esgotos e da própria eletricidade.

E atenção para que, quando estamos a começar a voltar a preencher as nossas casas com novas instalações, ligadas, por exemplo, às casas inteligentes e às tecnologias da sustentabilidade ambiental, não cometamos os mesmos erros de colocar as casas ao serviço e como montras dessas novas tecnologias esquecendo as suas funções essenciais ligadas à domesticidade e à integração urbana.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Grupo Habitar (GH) - Associação Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Grupo Habitar (GH) - Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional

Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT) do LNEC

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação – Olivais-Norte

Infohabitar, Ano X, n.º 496, 19 de agosto de 2014

Etiquetas: arquitetura e habitação, arquitetura na UBI, Arquitetura da UBI, instalações na habitação, integração das instalações na habitação, libertar a habitação das instalações.